



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



QUARTEL DO MOSCOSO: UMA HISTÓRIA DE SESSENTA E UM ANOS.

Fabrício André de Oliveira¹

Resumo: O Estado Brasileiro, formado pela União, Estados Membros e Municípios, ao longo da sua história e desde os tempos remotos tem tomado iniciativas para a melhoria da segurança pública, com ênfase no policiamento preventivo, buscando assim seu aprimoramento através da inserção de novos modelos de gestão e por meio de tecnologias atuais, bem como da melhoria de sua estrutura física com a finalidade de subsidiar com eficiência a atuação do policiamento ostensivo como um todo. Deste feito, questiona-se a relevância da história do primeiro quartel exclusivo da Polícia Militar do Espírito Santo, e suas interfaces históricas, para a situação atual em que se encontra a Polícia Militar no que diz respeito à sua missão perante a sociedade capixaba. Assim o objetivo deste artigo é retratar a história de fundação e relevância do Quartel do Moscoso para o Estado do Espírito Santo, por conseguinte a atual segurança pública como um todo.

Palavras-chave: Polícia Militar; Quartel Moscoso; História.

Abstract: The Brazilian State formed by the Union, Member States and

¹ Formado em História pela Universidade Estácio de Sá (2017), e-mail: fabricio.andre87@gmail.com.

Municipalities, throughout its history and from the earliest times has formed initiatives for the improvement of public security, with emphasis on preventive policing, thus seeking its improvement with the insertion of new management models and by means of current technologies, as well as improving its physical structure in order to efficiently subsidize the performance of ostensive policing as a whole. This fact questions the relevance of the history of the First Military Barracks of the Holy Spirit and its historical interfaces to the current situation of the state Military Police in Its mission to the society of Espírito Santo. Thus the aim of this article is to portray the history of foundation and relevance of the Moscoso Barracks, for the state of the holy spirit, therefore the current public security as a whole.

Key Words: Military Police; Barracos Moscoso; History.

A Polícia Militar do Estado do Espírito Santo completou 182 anos de existência. Muitas foram suas participações para organização de toda a sociedade capixaba. Os militares estaduais são importantes no contexto histórico não somente do Estado, mas também de todo o país. E nestes quase dois séculos de existência seria impossível falar do presente sem analisar seu passado, sua cultura e sua estruturação na sociedade capixaba.

A mais antiga instituição estadual passou por diversas mazelas desde sua criação, aquartelando-se em casebres insalubres e provisórios demorou cerca de seis décadas para enfim ser agraciada com uma edificação exclusiva para aquartelamento construído na capital do Espírito Santo, conhecido como Quartel do Moscoso.

Para compreender a cultura da Polícia capixaba é necessário fazer um resgate histórico desmistificando os acontecimentos da época; e seria impossível relatar isso sem citar os momentos vividos no Quartel do Moscoso. Em um ciclo que se inicia em 1896 e acaba no ano de 1957, é relevante destacar que tal aquartelamento fez parte de revoluções e manifestações, trazendo consigo um período de 61 anos de

história.

Mesmo sendo fundamental para a história do Estado, o aquartelamento na Villa Moscoso é carente de pesquisas, não sendo encontrados seus relatos nas principais literaturas capixabas. Perante o exposto, esta comunicação busca demonstrar a importância deste edifício para historiografia do Estado do Espírito, desvelando os momentos relevantes vividos, existentes no lapso histórico da época.

HISTÓRICOS DOS AQUARTELAMENTOS PROVISÓRIOS

A Polícia Militar do Espírito Santo foi criada no ano de 1831 pelo Conselho de Governo. Em 1836 foi denominada como Guarda de Polícia Provincial e passou a ocupar as instalações do Forte de Nossa Senhora de Monte do Carmo (Forte do Carmo), ficando ali até o ano de 1844, quando, pelo governo da Província do Espírito Santo, a Guarda de Polícia Provincial foi extinta através da lei nº 12 de 16 de novembro de 1844, ficando a província sem policiamento.

Após ser dissolvida começaram as manifestações de insatisfação da sociedade com a falta de uma segurança local. Sendo assim, ante tais insatisfações, o vice-presidente Joaquim Marcelino recria no dia 30 de setembro de 1845, através de decreto, a força chamada Corpo de Pedestres que passa a ocupar as instalações do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Convento dos Carmelitas).

As reclamações sobre a defasagem do efetivo continuavam. Após diversos pedidos, em julho de 1856 o presidente da província, José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, sancionou a lei nº 4 que recriava a Companhia de Polícia e que significava o aumento do efetivo. A companhia permaneceu no Convento dos Carmelitas até o ano de 1857 e depois mudou-se para uma casa cujo endereço não foi possível obter com exatidão; sabe-se que ficava localizada no centro da capital (LOIOLA, 2016, p. 14).

Em 23 de maio de 1861, o presidente da Província do Estado, José Fernandes

da Costa Pereira Junior, em seu relatório apresentado na Assembleia Legislativa fez duras críticas ao alojamento da época, nas quais demonstrou sua insatisfação com o local, que seria inadequado para os militares estaduais, visto que já não tinha mais condições de alojá-los.

Quase ninguém tinha interesse em alugar suas casas e prédios para acomodação de militares. Quando se apresentava um proprietário interessado, este mesmo pedia um preço alto para os valores médios de aluguel da época. O meio seguro encontrado para melhorar o aquartelamento foi alojar o efetivo junto com sua enfermaria novamente no Convento dos Carmelitas. Feitos os concertos a tropa ocupou o pavimento inferior do convento (PEREIRA JUNIOR, 1861).

É necessário lembrar, entretanto, que ainda em pesquisa foi possível encontrar relatos de aquartelamentos provisórios em um corredor do Palácio do Governo e em uma casa localizada na Rua Formosa, nº 6 no centro de Vitória.

AQUISIÇÃO DO TERRENO PARA O 1º QUARTEL EXCLUSIVO: CONSTRUÇÃO DO QUARTEL MOSCOSO

Inicialmente chamado de Lapa do Mangal, visto que o local se tratava de área de mangue, a primeira ação de aterro ocorreu no Governo de Francisco Alberto Rubim, entre os anos 1812 e 1819, com a intenção de ligar lateralmente o Porto dos Padres ao Morro da Santa Casa de Misericórdia, criando assim a rua hoje conhecida como Avenida Florentino Avidos. Com os aterramentos a área passou a ser denominada de Aterro do Campinho, atualmente toda região no entorno do bairro Parque Moscoso, situado na capital do Espírito Santo (KILL, 2002, p. 46).

No ano de 1890 o presidente da província, Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, escolheu o aterro do campinho para que fosse instalado um quartel para a Polícia Militar do Espírito Santo, visto a necessidade da tropa ter um prédio exclusivo onde pudesse ser aquartelada. Para isso designou o tenente-coronel Carlos

Eugênio para elaborar o projeto. Os estudos foram realizados e no governo de José de Mello Carvalho Moniz Freire, no ano de 1892, foi dado início às obras do Quartel. O terreno comprado foi adquirido dos Srs. Antônio Pinto Ribeiro Cardoso e Antônio Alves de Azevedo. A construção da obra ficou sob responsabilidade da construtora Torrens (DEMONER, 1985, p. 123-124). “A Companhia Brasileira Torrens era uma empresa de construção com sede no Rio de Janeiro, que foi contratada pelo governo estadual em 1890 para construir o sistema de abastecimento de água e rede de esgotos para Vitória” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.50).

As obras começaram e, em mensagem lida ao congresso do Estado do Espírito Santo no dia 16 de Setembro 1893, o então presidente da província, José de Mello Carvalho Moniz Freire, falou sobre as dificuldades que estava encontrando para dar continuidade às obras do Estado. Salientou que o óbice era principalmente falta de mão-de-obra operária, alto valor dos salários e transporte e descarga de materiais. Com isso ficou complexo dar continuidade às principais obras, incluindo a do quartel de polícia (FREIRE, 1893, p.21).

Diante da falta de mão-de-obra operária, o presidente da província relatou que foi necessário contratar a quantidade necessária de trabalhadores no norte do estado do Espírito Santo para que pudesse dar continuidade às construções (FREIRE, 1893, p.21).

As críticas apareceram e o Jornal Comércio do Espírito Santo, que era opositor ao Governo de Moniz Freire, em sua edição do dia 27 de maio de 1893 fez críticas ao presidente da província por contratar mão-de-obra do norte do Estado para construção das obras do quartel de polícia, justificando que tais contratações estariam onerando os cofres públicos estaduais.

Após as novas contratações de mão-de-obra operária adquiridas principalmente no norte do estado, e com a vinda de imigrantes europeus, no dia 05 de outubro de 1894 o Jornal Estado do Espírito Santo falou sobre a inauguração do telhado do quartel de polícia, relatando ainda a presença de várias autoridades e pessoas de

elevada classe social. Mostrou ainda o andamento das obras, o que causou grande entusiasmo nas autoridades presentes (CALMON, 1894, p. 1).

Contudo, o problema encontrado em pesquisa é que na execução prática do projeto, quando se refere ao avanço da obra, o valor calculado mais que dobra. O Presidente Moniz Freire voltou a receber críticas do Jornal opositor. Em 25 de agosto de 1895 o Comércio do Espírito Santo levantou ainda a hipótese de o projeto do Quartel de Polícia ser modificado, adicionando a ele uma repartição para cadeia pública e para o Governo municipal, que indenizaria o Governo da Província ajudando assim nos custos da construção da edificação (FREIRE, 1895, p.1).

Assim sendo, o presidente da província do Estado, Dr. Moniz Freire, em mensagem lida na instalação do congresso legislativo no dia 17 de setembro de 1895 confirmou que seria entregue a obra do Quartel de Polícia e Cadeia Pública, confirmando, assim, as hipóteses publicadas pelo Jornal Comércio do Espírito Santo. (FREIRE, 1895, p.1)

INAUGURAÇÃO DO QUARTEL DE POLÍCIA: QUARTEL DO MOSCOSO

Concluídas as obras do Quartel, na edição de 05 de maio de 1896 o Jornal Estado do Espírito Santo falou sobre a inauguração do novo edifício, que aconteceu no dia 03 de maio de 1896. Estavam presentes diversas autoridades, mas o Presidente da província, Sr. Moniz Freire, não compareceu e foi representado pelo secretário geral do Estado (CALMON, 1896, p.2).

Ainda de acordo com o Jornal Estado do Espírito Santo, o Presidente da província, Sr. Moniz Freire, visitou o quartel de polícia recém-inaugurado no dia 13 de maio de 1896 e contemplou a beleza arquitetônica e as acomodações amplas encontradas, como também elogiou o comportamento da tropa ali aquartelada (CALMON, 1896, p.2).

Vale ressaltar que mesmo concluídas as obras o presidente da Província Estadual, Dr. Moniz Freire, afirmou que não foi a melhor opção o terreno escolhido para a construção do quartel, isso devido à dificuldade encontrada para as fundações da obra; esse seria um dos motivos principais para elevar os custos do edifício. Mas relatou ainda que com a modificação do projeto inicial, a cadeia pública foi colocada junto com o quartel de polícia, trazendo assim uma economia para os cofres públicos, já que não seria necessário outro edifício para esse fim (FREIRE, 1896, p. 65-66).

Diante das informações acima é válido afirmar que a conclusão do novo Quartel de Polícia era importante para o presidente da província, como também para a tropa dos militares estaduais do Espírito Santo, que teriam seu primeiro quartel de polícia próprio, não mais necessitando de alojamentos provisórios.

O novo Quartel de Polícia tinha 65 metros de frente e uma profundidade de 61 metros, sua área interna era de 42 metros, o arquiteto que concluiu as obras foi o Dr. Filinto Santoro, diretor de empreendimentos e obras gerais do Estado. A cadeia civil ficou nos fundos do edifício e tinha capacidade para 100 presos, possuía ainda sala para aulas de música, escola regimental e uma sala exclusiva para o comandante da tropa (FREIRE, 1896, p.1).

Foi possível ainda, através dos documentos pesquisados, identificar que a praça em frente ao quartel, conhecida pela sociedade capixaba da época como Praça do Quartel ou atual Praça Misael Pena, teve seu nome primitivo de Praça Moniz Freire, como declara o relato a seguir:

Hoje a uma hora da tarde, terá lugar a sessão solene com que serão inaugurados os trabalhos legislativos. S. exc. osr. Presidente do Estado fará a leitura da mensagem. A praça fronteira ao quartel de policia, na Vila Moscoso, recebeu a denominação de Praça Moniz Freire, tendo sido por ordem do presidente do Governo Municipal colocada ali a respectiva placa. (CALMON, 1896, p.1).

Ainda de acordo com Pereira (1896, p.186), em frente ao quartel funcionava a Praça Moniz Freire (Villa Moscoso) e o efetivo militar era de 210 praças divididas em três companhias.

As pesquisas ainda mostraram que o Quartel de Polícia tinha grande influência no dia a dia da população, visto que em sua praça aconteciam eventos da época; um deles foi a comemoração do aniversário da proclamação da República, ocasião em que o quartel foi aberto para visitas e ao raiar do dia foram feitas salvas de tiros em alusão à data de advento da República (CALMON, 1896, p.2).

Segundo Demoner (1985, p.126-127), já em 1908 o Quartel do Moscoso teria sido esquecido pelas administrações do Governo Estadual, ficando em condições ruins e sendo necessário fazer alguns reparos. O tenente-coronel Orozimbo Correa Lyrio falou sobre as péssimas condições do Quartel de Polícia, e no Governo de Jerônimo de Souza Monteiro foi empreendida uma reforma do quartel com introdução de saneamentos básicos necessários.

O edifício do quartel recebeu ainda em suas instalações, através de decreto e leis nº 1085 de 01 de abril de 1912, a inauguração da Caixa Beneficente da Força Pública do Estado do Espírito Santo, que tinha como missão dar amparo aos familiares de militares que falecessem. Além disso, no mesmo ano foi criado pelo presidente da Província, através da lei de nº 874 do dia 26 de Dezembro, o Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo, que teve sua sede instalada no Quartel do Moscoso no centro da capital (SOUZA, 1916, p. 90).

As explorações ainda trouxeram os relatos vividos em 1920, quando após eleições para presidente do Estado houve conflito sobre o real vencedor, que seria entre os Srs. Etienne Dessaune e Nestor Gomes. A Polícia Militar reconhecia o Sr. Jerônimo Monteiro por todos os benefícios feitos para o quartel e a tropa, com isso não aceitou a posse do candidato opositor Nestor Gomes e rebelou-se: “À noite, os revolucionários resolveram tomar o palácio à força: contavam com 222 soldados (embora no quartel). O governo ficou só com a guarda do palácio, mas ainda assim

parte dos vinte homens voltou para o quartel quando começou o tiroteio” (ALMEIDA, 2010, p. 134).

Após esse entrave, através do Decreto N. 14.191 – de 27 de maio de 1920 o congresso nacional declarou a intervenção federal no Espírito Santo devido à grave crise política e por não haver provas de quem realmente seria o vencedor das eleições para o cargo de Presidente do Estado (NOVAES, p.57).

De acordo com Loiola (2016), a crise política com a intervenção federal no Estado iria até julho de 1920. Nestor Gomes foi declarado presidente oficial da província e no mesmo mês o tenente-coronel Jayme Pessoa, comandante do 3º BC do Exército Brasileiro, devolveu o comando do Quartel do Moscoso para o Capitão Abílio Martins, que tomou atitude de efetuar o maior número de exclusões da Polícia Militar do Espírito Santo, sendo 236 praças, e a reforma de oficiais, totalizando 44% do efetivo da PMES.

Por conseguinte, a Polícia Militar capixaba tornou-se força auxiliar do Exército Brasileiro através do acordo feito entre o Governo do Espírito Santo e a União, seguindo o art. 7, lei nº 3.216 de 03/01/1917. O contrato foi firmado e publicado em 14/12/1923 no boletim do Estado capixaba de Nº 252 (LOIOLA, 2016, p.162).

Em Julho de 1924 estourou a revolução Paulistana e o Presidente do Estado, Florentino Avidos, decidiu enviar um efetivo de 321 militares capixabas pertencentes ao Corpo de Polícia para juntar-se às tropas federais com o objetivo de reestabelecer a ordem nacional (MENDES, 1993, p. 37).

Segundo Mendes (199, p. 38-39), os militares estaduais se juntaram às tropas nacionais, e certos do que deveria ser feito seguiram para defender o país. Os oficiais e as praças que ali se integraram pediam em todos os momentos para seguir ao campo de luta.

Para Loiola (2016, p. 163-164), foi de importância fundamental a participação da Polícia Militar capixaba na revolução em prol de ajudar o país. Tendo cumprido

com louvor sua missão, a tropa retornou ao Espírito Santo 27 dias depois de deixar solos capixabas. Foi confirmada a morte de 3 soldados e 6 ficaram feridos. A chegada da tropa foi na estação de Argolas no dia 8 de agosto de 1924 na cidade de Vitória/ES, sendo recebida com aplausos da sociedade capixaba.

Após o início da revolução constitucionalista de 1932 no Estado de São Paulo, mais uma vez os militares capixabas foram convocados, em 16 de Julho de 1932. Comandados pelo tenente-coronel Wolmar Carneiro da Cunha, um efetivo de 357 praças, 18 oficiais e 6 civis partiu e desembarcou no acampamento de Paraty no navio “Almirante Jaceguai”.

A edição do Jornal Diário da Manhã de 03 de setembro de 1932, no artigo *O Estado do Espírito Santo e a revolução*, informou como foi a participação dos combatentes capixabas para ajudar a nação contra a revolução paulistana:

O Espírito Santo tem acompanhando com o maior desvelo e carinho os passos dos seus bravos combatentes. O 1º batalhão do R. P. M. comandado pelo tenente-coronel Carlos Marciano de Medeiros, uniu-se ao 2º batalhão sob o comando do tenente-coronel Wolmar Carneiro da Cunha. Ambos operam no eixo Parati-Cunha. As notícias oficiais que nos têm chegado, a respeito da conduta, do entusiasmo e da bravura com que os soldados capixabas se têm conduzido no campo da luta, são de molde a nos encher de orgulho. (LEITE, 1932, p. 1)

De acordo com Loiola (2016, p. 165-166), terminado o conflito os militares estaduais voltaram ao Estado no dia 14 de outubro de 1932 a bordo do navio “Parnahyba”. No mesmo dia desembarcaram em solo capixaba e desfilaram na cidade de Vitória pelas ruas do comércio e Jerônimo Monteiro. Foram recepcionados pelo governador do Estado. No dia 15 de outubro foi realizada uma missa na praça do Quartel do Moscoso com a participação da Banda de Música. Para o encerramento,

no horário de 21 horas houve uma queima de fogos no morro do posto Semafórico.

CONSTRUÇÃO DO 2º QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO: QUARTEL DE MARUÍPE

O Quartel do Moscoso, com o aumento do efetivo, não estava mais acomodando a tropa. A ideia era construir um novo quartel maior e mais equipado (DEMONER, 1985, p. 126-127).

Em 1936 o Presidente do Governo, João Punaro Bley, visitou a fazenda do Estado na região de Maruípe, onde se encontrou com o carpinteiro do Instituto Agrícola Manoel Alvarenga que o levou até o alto do morro, local em que se pretendia construir o novo quartel de polícia. Futuramente foi apresentado o projeto inicial do Quartel de Maruípe, que seria construído no Governo de Carlos Lindenberg (LOIOLA, 2016, p. 64).

O 2º Quartel de Polícia exclusivo para os militares estaduais foi ocupado no dia 23 de julho de 1938, sendo inaugurado oficialmente no dia 25 de agosto do mesmo ano, o então dia do Soldado, pelo governador do Estado João Punaro Bley. A partir de então a tropa estadual passou a se aquartelar no Quartel de Maruípe até o momento em que o Brasil declarou guerra à Alemanha, no episódio da 2ª guerra mundial. Com isso o Exército Brasileiro ocupou o Quartel em Maruípe e a força militar estadual, comandada pelo Major Sidronílio Firmino, retornou para o Quartel do Moscoso e passou a atuar junto com as forças Armadas nos litorais do ES e estações elétricas de abastecimento (LOIOLA, 2016, p.65).

REGIÃO DO CONTESTADO: INVASÃO MINEIRA EM BARRA DE SÃO FRANCISCO-ES

No ano de 1944 o Espírito Santo criou a cidade de Barra de São Francisco e

Minas Gerais criou a cidade de Mantena. As duas cidades faziam fronteira, o que levou os dois Estados a querer exercer direitos sobre a cidade do outro. Efeito disso foi a diversidade das ordens de comando de prefeitos, delegados de polícia, entre outros. (PONTES, 2007, p. 60). O problema entre Minas e Espírito Santo começou a se agravar e em 1948, após diversas tentativas de invasões mineiras, foram enviadas tropas militares para região de Barra de São Francisco com o objetivo de proteger as demarcações de solo capixaba. Esses conflitos duraram até o ano de 1963, quando foi assinado um acordo chamado “Acordo de Bananal – MG”, acabando assim com as disputas territoriais (LOIOLA, 2016, p. 174-175).

No ano de 1953 a tropa ocupou definitivamente o Quartel de Maruípe, deixando de vez as instalações do Quartel do Moscoso. No ano de 1957, por ordem do Governo de Francisco Lacerda de Aguiar, o Quartel do Moscoso foi demolido e o terreno onde estava construído foi doado ao SESC - Serviço Social do Comércio, para construção de sua futura sede.

O Quartel do Moscoso por ser elegante poderia ter sido aproveitado para um centro cultural, no entanto no local foi construído um edifício sem nenhuma expressão arquitetônica:

O antigo quartel da Polícia Militar, todo de pedra, de traçado elegantíssimo, tendo à frente duas palmeiras imperiais, ainda existentes, foi das mais sólidas construções da cidade, datando sua demolição de 1956, quando bem podia ter sido aproveitado para sede de um centro de cultura. Infelizmente, no local foi construído imóvel de nenhum valor arquitetônico, a que o povo chama de “caixote”. (ELTON, 1986, p. 4).

Uma obra que dava admiração parecia uma torre medieval, tinha destaque no aterro do campinho:

[...] Em compensação, o quartel da polícia militar é um esplendor! Todo em alvenaria à vista, com ameias e torres medievais, é obra que causa admiração por sua arquitetura e ocupa o local destacado no Campinho. Parece até os castelos espanhóis do século 11, cenário deslumbrante do filme *El Cid* (1961). A fortaleza é demolida em 1957, no governo de Chiquinho. No local surge o prédio do Sesc. Que diferença, meu Deus! O que é que esse pessoal tem na cabeça? (TATAGIBA, 2001, p. 136)

Com isso encerra-se um ciclo de 61 anos de história desde a inauguração do Quartel do Moscoso até a data de sua demolição. Através dos autores pode-se perceber que a demolição do Quartel de Polícia do Moscoso causou soturnidade entre a população visto que era um edifício de destaque no centro da capital.

Atualmente, existe um museu com nome e formato “Museu Quartel do Moscoso”, localizado na cidade de Cariacica (ES), no Instituto Superior de Polícia.

O Museu do Quartel do Moscoso, como atualmente é conhecido pela população capixaba, traz em seu acervo mais de 600 objetos e 900 fotos que retratam a história do Quartel do Moscoso, dando início à história da Polícia Militar Capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, portanto, que o Quartel do Moscoso fora o marco histórico para a Polícia Militar no Estado do Espírito Santo, sendo o primeiro aquartelamento exclusivo, dando assim o início de um policiamento ostensivo e preponderante para a qualidade das políticas públicas da sociedade capixaba.

Os Estudos realizados sobre o edifício demonstraram que o legado do Quartel do Moscoso faz parte da história política e pública estadual, sendo complemento histórico do atual bairro Parque Moscoso e conseqüentemente da capital estadual.

Durante as pesquisas realizadas houve dificuldade para encontrar literaturas que citassem o quartel e sua história, demonstrando que se deve ter atenção maior à história dos militares estaduais.

A demolição do quartel causou comoção de alguns autores citados, visto que o edifício nos dias atuais poderia ter se tornado um museu militar capixaba, ou um museu estadual, uma vez que a capital é carente de um edifício específico para este fim, sendo assim propõe-se pesquisas futuras sobre a causa de demolição e não preservação deste edifício.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Amilton de. *Um Estadista e seu Tempo*. Vitória: Coleção Canaã, 2010.
- CALMON, Augusto. *Inépcia ou Perversidade?*. Vitória: Jornal Estado do Espírito Santo, 1894.
- _____. *Inépcia ou Perversidade?*. Vitória: Jornal Estado do Espírito Santo, 1896.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *A Construção da Cidade: Formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória, Florecultura, 2002.
- DAEMON, Bazilio Carvalho. *O Espírito Santense em 20 de maio de 1875*. Vitória: Acervo UFES, 1875.
- DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo – 1835-1985*. Vitória: Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Oficial, 1985.
- FREIRE, Aristides. *Instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895*. Vitória: Jornal Comércio do Espírito Santo, 1895.
- _____. *Instalação do Congresso Legislativo em 15 de maio de 1896*. Vitória: Jornal Comércio do Espírito Santo, 1896.
- FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. *Mensagem do Presidente do Estado do*

Espírito Santo da Desinstalação de 16 de Setembro de 1893. Vitória: SEDUES, 1893.

KILL, Miguel A. *Terra Capixaba: Geografia & História*. Vitória: Excelsior Editora, 2002.

LEITE, M. Teixeira. *O Estado do Espírito Santo e a Revolução*. Vitória: Jornal Diário da Manhã, 1932.

LOIOLA, Gelson. *Evolução histórica da Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: Prelo, 2016.

MENDES, César Miranda Mendes. *A Indústria do solo, o Capital e a Verticalização*. Florianópolis: Geosul, V.8, n.16, 1993.

MONJARDIM, José. *Jornal Comércio do Espírito Santo: Coluna Imigração Estadual de 27 de maio de 1893*. Vitória: Jornal Comércio, 1893.

NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo.

PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da Costa. *Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Providencial do Espírito Santo em 23 de maio de 1861*. Vitória: APEES, 1861.

PONTES, Wallace Tarcísio. *Conflito Agrário e Esvaziamento Populacional: e disputa do contestado pelo Espírito Santo E Minas Gerais (1930-1970)*. Vitória: Acervo UFES, 2007.

TATAGIBA, José. *Puxa!!! Como Vitória está Mudada!*. Vitória: Books, 2001.